

EDITORIAL

Motrivivência Ano XVIII, Nº 26, P. 09-14 Jun./2006

FORMAÇÃO INICIAL E CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: duas faces do mesmo desafio

Com o presente número de Motrivivência, damos continuidade à abordagem iniciada na edição anterior (n.25), que diz respeito à formação profissional (e necessariamente humana) em Educação Física. Como registramos naquela ocasião, o elevado número de contribuições enviadas pelos autores-colaboradores nesta temática, associado à pequena quantidade de trabalhos no tema então previsto (Educação Física, Esporte, Lazer e Escola) nos levaram a propor este segundo número sobre formação profissional.

A aprovação das Resoluções do Conselho Nacional de Educação, números 01 e 02/2002 e 07/2004, que tratam, respectivamente, das diretrizes para a formação de professores para o ensino básico (in-

clusive da Educação Física) e da graduação em Educação Física, vem exigindo dos cursos de licenciatura e bacharelado espalhados pelo país as necessárias reformas curriculares, com vistas a adequarem seus projetos político-pedagógicos a estas novas legislações. Em alguns casos, tem-se referido como avanço significativo para a área a divisão das duas habilitações previstas pela Resolução CFE 03/1987, agora revogada. De outra feita, ouvem-se contestações que, basicamente, sugerem que a divisão obrigatória de um campo do conhecimento em fase de construção como a Educação Física dificultará ainda mais a sua consolidação e legitimação acadêmica.

Não nos cabe aqui entrarmos no mérito desta contenda, mas

é possível que nesse caso todos tenham razão, ou ao menos em parte: se, do ponto de vista epistemológico, parecem estar corretos aqueles que denunciam a fragilidade imposta à área a partir da fragmentação dos cursos, do ponto de vista prático, no sentido do cotidiano dos cursos de Educação Física, podem ter razão aqueles que bem acolhem, agora, a definição prévia do tipo de formação que cada aluno postula.

Pelo acirramento de posições e pela firmeza dos argumentos, além da “novidade” que representam as diretrizes curriculares, o debate atualmente tem se centrado na formação inicial. Isso se reflete na maioria dos textos publicados nestas duas edições (e também em outros periódicos que pautaram este tema recentemente), como podemos observar. Todavia, percebemos também uma salutar preocupação com a formação continuada, especialmente para os professores de Educação Física em exercício na prática pedagógica escolar; notadamente, diante das reconhecidamente inadequadas condições de trabalho que estes profissionais enfrentam, seja pelos baixos salários recebidos, seja pela precária situação de equipamentos e materiais disponíveis.

Neste sentido, temos a saudar a preocupação do Ministério da Educação que, por intermédio da

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, promoveu o II Encontro Nacional de Gestores de Educação (ENGE), tendo como tema a “Educação Física no Ensino Básico”. Com apoio do Ministério do Esporte e do GTT Escola do CBCE, e chancela da UNDIME e CONSED, o evento reuniu em Brasília, em dezembro do ano passado (2006), um significativo número de gestores municipais e estaduais de educação, além de pesquisadores da área de Educação Física e Escola, em cuja discussão privilegiou-se a questão da formação continuada dos professores e as responsabilidades dos diferentes atores sociais deste processo: os governos federal, estaduais e municipais, e as universidades.

Na ocasião, foram promovidos relatos de experiências de formação em serviço e momentos para a reflexão coletiva a partir das provocações postas por palestrantes convidados. Além disso, foi apresentada primeira sistematização de pesquisa realizada com secretarias municipais e estaduais de educação de todo o país, e com pesquisadores envolvidos em programas de capacitação de professores. Como síntese provisória, foram apontados cinco eixos centrais:

- a. forte presença da forma esportiva como orientadora de políticas de Educação Física;

- b. distinção entre a presença da Educação Física no meio urbano e no meio rural;
- c. atendimento prioritário do componente curricular Educação Física nas séries/ciclos finais do Ensino Fundamental;
- d. presença de professores do quadro efetivo com muitos professores em regime de contrato provisório/temporário;
- e. presença de professores com e sem graduação em Educação Física, estes últimos concentrando-se nos níveis iniciais de escolarização.

O Encontro gerou a “Carta de Brasília”, cuja minuta foi enviada aos participantes para correções/contribuições com vistas a publicação da sua versão final, a qual, até o momento que fechamos essa edição, ainda não havia sido disponibilizada na homepage do evento¹. De qualquer maneira, consideramos relevante apresentarmos alguns tópicos que a compõem, conformada com base em “desafios” destinados à educação básica, às universidades e ao Ministério da Educação.

No que se refere aos sistemas escolares estaduais e municipais, os principais desafios, entre outros, são o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a efetiva integração da Educação Física como componente curricular da educação básica, rompendo com a histórica separação que a mantém quase como um apêndice da escola, bem como a superação da concepção de jornada de trabalho voltada exclusivamente para a regência de classe, o que inviabiliza a implementação de propostas de formação em serviço dos docentes da escola.

As universidades, consideradas interlocutores privilegiados nos processos de capacitação de professores, devem priorizar a realização de programas institucionais de formação, com o objetivo de consolidar relações mais duradouras que gerem possibilidades de pesquisas compartilhadas sobre a intervenção, pautada na realidade concreta das escolas, e tendo o professor da escola como parceiro do processo. Acredita-se que tal procedimento poderá ainda influenciar positivamente na formação inicial de professores de Educação Física.

Ao MEC, além da continuidade das suas relações com as redes e sistemas de ensino, tendo como

¹ Disponível em <http://mecsrv04.mec.gov.br/enge>.

parâmetro os dados iniciais da pesquisa realizada sobre as condições de trabalho e de formação continuada dos professores, cabe promover novas e diversificadas estratégias de diálogo com gestores, docentes-pesquisadores e professores, seja na forma de mecanismos virtuais, seja na regionalização de fóruns de debates e troca de experiências.

Por fim, três questões foram sugeridas para serem desdobradas em ações específicas:

- a. a necessidade de se retomar a discussão sobre a redação do artigo 26 da LDB 9394/96, descharacterizada com a aprovação da Lein.10.793, de 1º.12.2003;
- b. consulta ao CNE sobre a legalidade da exigência de registro profissional (CREF/CONFED) para a contratação de professores e realização de concursos públicos para magistério em Educação Física;
- c. implementação de um debate que esclareça as relações entre a Educação Física escolar e o Esporte Educacional, no âmbito dos dois ministérios envolvidos, especialmente no que se refere a programas esco-

lares de esporte como complementação pedagógica e em relação a jogos e competições esportivas de escolares.

Esperamos que tais iniciativas e ações sejam implementadas para que a Educação Física escolar possa, então, voltar-se para o que realmente interessa: a melhoria da qualidade das relações pedagógicas do componente curricular, que garanta a inserção esclarecida e crítica dos alunos no âmbito da cultura de movimento e esportiva, como direito de cidadania.

Isto posto, cabe-nos, agora, apresentarmos sumariamente as contribuições de nossos autores-colaboradores em mais este número da Motrivivência sobre formação profissional.

Na seção de Artigos, mantendo a relação com o tema, temos os textos de Nair Casagrande, Renato Sampaio Sadi e Álvaro Azeredo Quelhas/Hajime Takeuchi Nozaki. No primeiro, a professora Nair reflete sobre as possibilidades de aproximação entre o método pedagógico proposto para formação acadêmica em movimentos sociais (no caso, pela reforma agrária - ITERRA) e a Educação Física. Na perspectiva da formação permanente de professores, Renato Sadi aborda o conhecimento crítico-criativo como conteúdo desse processo, enquanto alternativa às novas exi-

gências sociais e profissionais em relação ao trabalhador-docente. Por fim, Quelhas e Nozaki, baseados nas concepções de politecnicidade e de omnilateralidade, pensam a formação do professor de Educação Física como possibilidade de construção de contra-hegemonias ao Capital.

Nosso Ponto de Vista dá continuidade à reflexão sobre projetos e posições das instituições e movimentos envolvidos na recente definição de diretrizes curriculares para a formação em Educação Física. No número anterior, pudemos observar as considerações do Movimento Estudantil. Agora, o Grupo de Trabalho Temático "Formação Profissional e Mundo do Trabalho" do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, por delegação da sua Direção Nacional, manifesta-se em texto assinado por Celi Zulke Taffarel, Solange Lacks e Cláudio de Lira Santos Júnior.

Em Experimentando, Melina Silva Alves faz uma reflexão a partir da vivência do Estágio de Prática de Ensino, em que o conhecimento Dança foi abordado na escola, a partir da concepção crítico-superadora.

Diante da profusão de projetos sociais que se ancoram e tentam se justificar pelo esporte, Juliano Silveira analisa as concepções de desenvolvimento humano e educação que fundamentam (e se contradizem) um programa especí-

fico, o "Educação pelo Esporte", do Instituto Ayrton Senna, na seção Cientifique-se.

Em Grupo de Estudo, George Saliba Manske e seus colegas do Grupo Esporte e Sociedade (IBES/ Blumenau-SC) explicitam suas atuais problematizações teórico-metodológicas em relação ao esporte, bem como relatam projetos em desenvolvimento naquela instituição.

Esta edição se encerra, como de praxe, abrindo perspectivas. Porta Aberta traz a contribuição de Janaína de Aguiar Loureiro e Vânia Rocha F. de Paiva Souza, que relatam o processo de revitalização do Cais da Aurora em Recife/PE, como consequência da mobilização popular, em estratégia político-administrativa do governo local. E o professor Silvino Santin nos convoca e nos orienta em uma reflexão filosófica sobre as possíveis vinculações dos processos comunicacionais com a Educação Física e o esporte.

As fotos que ilustram esta edição visam retratar algumas inovações tecnológicas que configuram a atual formação profissional, envolvendo instalações sofisticadas, equipamentos eletrônicos, laboratórios, etc. (cedidas por coordenadores de laboratórios e projetos do Centro de Desportos/UFSC). No contraponto que estabelecemos com as fotos de décadas passadas, na edição n. 25, cedidas pelo Cen-

tro de Memória da ESEF/UFRGS, resultam questionamentos como: o que muda, efetivamente, na formação acadêmica em Educação Física com o acesso às novas tecnologias? Por causa das condições técnicas oferecidas aos acadêmicos atualmente, podemos afirmar que a formação de professores é melhor qualificada? O quê foi que ganhamos e o quê perdemos com estes avanços tecnológicos?

Por fim, breves palavras sobre nosso homenageado deste número. Recentemente falecido, aos 77 anos de idade, o sociólogo francês Jean Baudrillard, além de professor, ensaísta, poeta e fotógrafo, foi um dos principais nomes da crítica ao estágio atual da sociedade moderna e da própria modernidade (recusando, porém, o título de pós-moderno). Conceitos criados por ele, como "simulacro" e "hiper-realidade" pautaram, nas décadas de 80 e 90, o pensamento e o debate contemporâneo sobre a sociedade de consumo, a mídia televisiva e a virtualidade.

Polêmico, contestou teorias de intelectuais famosos, como Michel Foucault e Marx. E criticou o filme "Matrix", que teria sido inspirado em sua obra, por

considerar equivocada a separação entre o real e o virtual procedida no filme: os diretores se basearam no meu livro mas não o entenderam, teria dito a respeito. Baudrillard consolidou a fama (de polemista) em 1991, com a provocação de que "a Guerra do Golfo não ocorreu", argumentando que nenhum lado poderia cantar vitória e que o conflito não alterou nada no Iraque. Dez anos depois, no ensaio "O Espírito do Terrorismo", voltou a causar controvérsia, ao descrever os ataques de 11 de Setembro de 2001 nos E.U.A. como expressão da "globalização triunfante combatendo a si mesma". Sobre o episódio, escreveu no ano seguinte "Réquiem para as Torres Gêmeas"². Que ele inspire a todos uma boa leitura!

Florianópolis, março de 2007

Maurício Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires
-Editores-

² Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Baudrillard, acesso em 12/03/2007.